



# VOTO, PELA SAÚDE

**UM LEVANTAMENTO DAS PRINCIPAIS  
DEMANDAS DE SAÚDE APONTADAS  
PELA POPULAÇÃO BRASILEIRA**

# O QUE É O MOVIMENTO VOTO PELA SAÚDE?



Em uma democracia, a participação da sociedade nos processos decisórios é fundamental para a garantia de um país mais justo e que de fato atenda as necessidades da sociedade.

Entendemos que essa participação deve ir além do voto. E por isso, o Movimento Voto pela Saúde foi criado.

**O Movimento propõe a construção colaborativa de planos de governo nas eleições de 2022 para a área da saúde.**

Os planos de governo são utilizados pelos candidatos às eleições do país para mostrar para a sociedade as suas propostas nas áreas de administração. Para os eleitores, uma das formas de escolher em quem votar é avaliar essas propostas.

Pensando na importância dos planos de governo e principalmente na necessidade de informar aos candidatos quais são as necessidades da população na área da saúde, para que estas sejam levadas em conta na hora de criarem seus planos de governo, o Movimento Voto Pela Saúde coletou as sugestões da população sobre o que deve ser priorizado na área da saúde. Estas sugestões estão organizadas neste documento.

O objetivo do projeto é estimular uma participação mais ativa na construção da política em nosso país, além de garantir que as ações dos políticos estejam de fato voltadas para as necessidades e interesses dos cidadãos.

# SAÚDE - DIREITO FUNDAMENTAL!



Dentre os direitos sociais apresentados no artigo 6º da Constituição Federal, encontra-se a saúde. A saúde também está presente no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH):



Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, da Constituição Federal).

**Votar pela Saúde é Votar pelo Bem-estar da Sociedade.**

**Votar pela Saúde é Votar pela Qualidade de Vida.**

**Votar pela Saúde é Votar pela redução da Violência.**

**Votar pela Saúde é Votar pela mitigação das Desigualdades.**

**Votar pela Saúde é Votar pelo Brasil que nós queremos e podemos Fazer Acontecer.**

# OS 7 (SETE) ALICERCES DO VOTO PELA SAÚDE:



Este documento é uma construção colaborativa e levanta as necessidades e expectativas de 14 milhões de brasileiros relativas à saúde.

## ■ O DOCUMENTO FOI SUBDIVIDIDO NOS SEGUINTES TÓPICOS:

### **1- Estrutura do Sistema de Saúde:**

quais as melhorias mais urgentes e necessárias na infraestrutura de saúde pública de acordo com os participantes da pesquisa;

### **2- Redes de Atenção à Saúde:**

quais as mais importantes demandas nas redes de atendimento de saúde no Brasil, composta por: rede de atenção básica, rede materno-infantil, rede de atenção às urgências, rede de atenção psicossocial, dentre outras;



### **3- Condições Sociossanitárias:**

quais informações e dados sobre saúde, evidenciadas por meio de indicadores de nascimento, mortalidade, morbidade, dados socioeconômicos e demográficos, devem ser obtidas e como aprimorar o processo de obtenção destes dados;

**4- Fluxos de Acesso:** trata das distâncias que os usuários precisam percorrer para acessarem os serviços de saúde e os meios disponíveis para o seu acolhimento;

**5- Educação na Saúde:** aborda a temática do treinamento e formação de novos profissionais da saúde, verifica as demandas por áreas e avalia as condições de trabalho;



**6- Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde:** apresenta as propostas dos participantes para adequação e conformidade das pesquisas e inovações em saúde;

**7- Gestão e Financiamento da Saúde:** trabalha com as reivindicações a respeito da destinação de recursos, do planejamento das ações e organização dos serviços.





# QUEM APOIA O MOVIMENTO VOTO PELA SAÚDE?

Um plano de governo para saúde é o instrumento central de planejamento para definição e implementação de todas as iniciativas no âmbito da saúde e explicita os compromissos do governo para o setor e deve refletir as necessidades de saúde da população.

A iniciativa **Voto Pela Saúde** foi idealizada pela **Colabore com o Futuro**, com a parceria da **ACBG, Change.org, Politize!** e **Todos Juntos contra o Câncer**, com o objetivo de alinhar os planos de governo dos candidatos às eleições de 2022 com as necessidades e demandas apresentadas pela população.

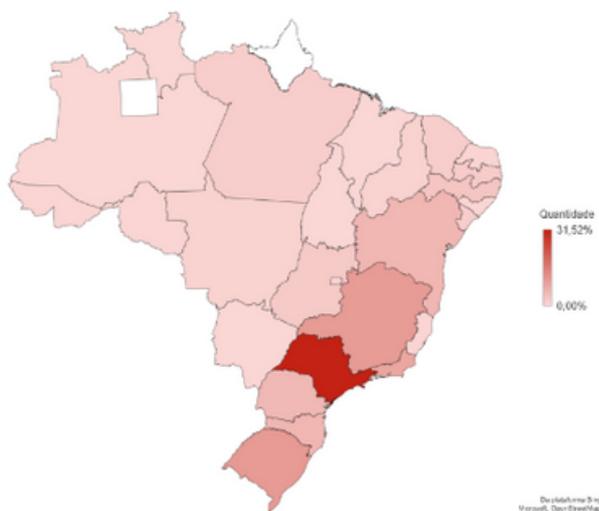
Por isso, a iniciativa coletou uma série de contribuições de diversas pessoas por meio de um formulário online entre os meses de abril a junho de 2022 e foi complementada pelo levantamento das necessidades e expectativas da população relativas à saúde registradas na plataforma **Change.org** nos últimos 4 anos.

Além disso, contou com o apoio de importantes instituições comprometidas com a temática e com a melhoria da saúde no Brasil: **ABRA, Abrace, Abrale, Acalentar, Amaviraras, Amucc, APROFe, Eluar, Garce, Health Innova Hub, Instituto Nacional do Nanismo, Instituto Vencer o Câncer, Melanoma Brasil, NASPEC, Rede Nordeste, Psoríase Brasil, Retina Brasil e Safe Brasil.**

# QUEM SÃO OS PARTICIPANTES DA PESQUISA?



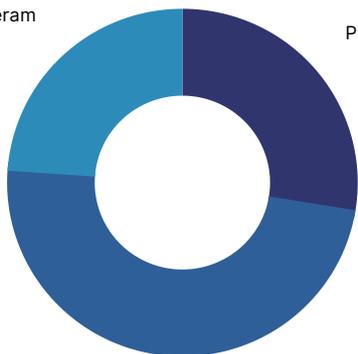
Foram recebidas contribuições de cidadãos de 25 dos 26 estados brasileiros (apenas não houve resposta no estado do Amapá).



Dos participantes, a maior parte advém de outras áreas de atuação (48,55%). Ainda assim, houve uma boa adesão de profissionais vinculados à área de saúde (23,91%), conforme pode ser observado a seguir:

## DISTRIBUIÇÃO POR ÁREA DE ATUAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Participantes que Não Responderam  
23.9%



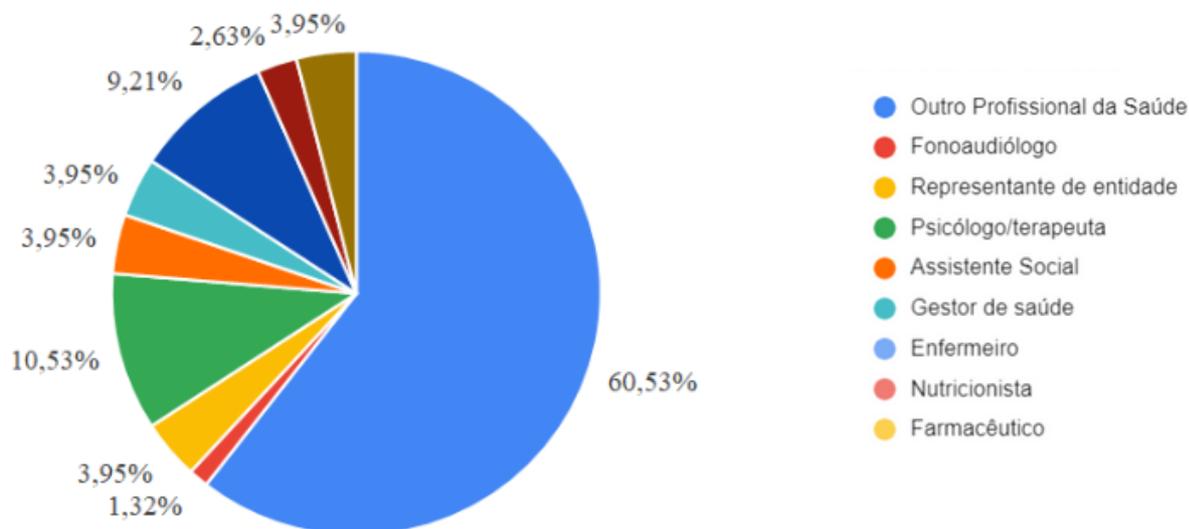
Participantes de Outras Áreas  
48.6%

Profissionais da Saúde  
27.5%

Dos participantes que atuam na área da saúde, estiveram presentes na pesquisa profissionais de fonoaudiologia, psicologia, terapia, assistência social, enfermagem, nutrição e farmacologia.

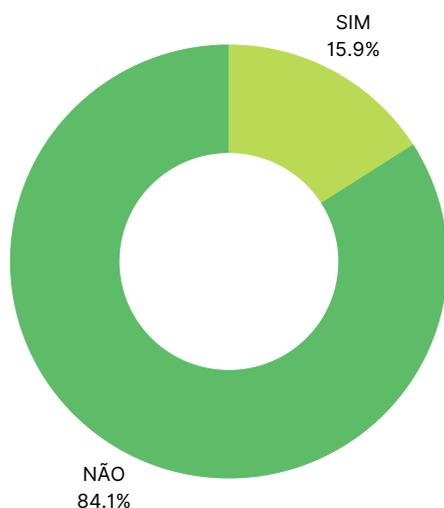
Também houve respostas de gestores, representantes de entidades ligadas a associações de pacientes e de outros profissionais que atuam neste setor. A distribuição pode ser vista a seguir:

## DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES QUE ATUAM NA ÁREA DA SAÚDE



Além destas contribuições, este documento agrega a experiência e o conhecimento acumulados ao longo dos anos pelas diversas instituições que apoiam esta iniciativa. O gráfico a seguir demonstra a quantidade de participantes que representam alguma entidade:

## PERCENTUAL DE PARTICIPANTES QUE REPRESENTAM OU NÃO UMA ENTIDADE



A participação popular e a colaboração entre diferentes instituições que atuam na área da saúde conferem a este documento uma visão realista e a compreensão mais profunda do “plano de governo para a saúde” necessário para a melhoria do acesso à saúde no Brasil.

A participação popular e a colaboração entre diferentes instituições que atuam na área da saúde conferem a este documento uma visão realista e a compreensão mais profunda do “plano de governo para a saúde” necessário para a melhoria do acesso à saúde no Brasil.

# 1 - ESTRUTURA DO SISTEMA DE SAÚDE



Foto: Freepik

Dentre as reivindicações a respeito de Estrutura do Sistema de Saúde, a maior parte das propostas concentrou-se em:

1. Aquisição de equipamentos para a realização de exames;
2. Construção ou reestruturação de hospitais;
3. Melhoria na cobertura pública e privada (ampliação da infraestrutura);
4. Criação de postos especializados em cirurgias;
5. Criação de centros de saúde comunitários rurais.

Nota-se que os participantes abordam temas básicos, que ainda não são devidamente atendidos pelo sistema de saúde.

No caso da **aquisição de equipamentos** para a realização de exames, muitos citaram a falta de aparelhos de ultrassom, raio X, tomografia e ressonância magnética. Além disso, evidenciaram a necessidade de uma abordagem mais ágil e preventiva, principalmente, no que tange ao tratamento precoce do câncer.

O sistema deveria mapear as prioridades de acordo com as regiões para distribuir os investimentos de modo a maximizar os resultados. Por exemplo, se há um índice maior de câncer de pele na região Sul, investe-se mais em infraestrutura para atendimento desta demanda.

A questão do câncer e o seu tratamento é um assunto bastante discutido. Entre as 100 (cem) petições de saúde mais assinadas de janeiro de 2019 a março de 2022 na plataforma [Change.org](https://www.change.org), 6 (seis) petições relacionavam-se ao tratamento do câncer, obtendo mais de 890 mil assinaturas. São dados significativos para demonstrar a importância que a sociedade atribui a este tema.

No quesito **construção ou reestruturação de hospitais**, a ideia é melhorar primeiro o que já existe para então investir em novas unidades. O maior número de especialidades médicas deve ser ofertada dentro destas organizações.

Mais de 850 mil pessoas assinaram 8 (oito) petições da plataforma Change.org sobre a infraestrutura de hospitais. As petições tratavam de problemas estruturais e outras dificuldades existentes no estado de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, situações que podem existir em outros lugares do país. Isto demonstra a necessidade urgente de investimento nos hospitais e em equipamentos.

Quanto à **melhoria na cobertura pública e privada** (ampliação da infraestrutura), a ideia é criar e ampliar os meios e formas de atender aos pacientes, incluindo, a telemedicina e o atendimento in loco (na casa do cidadão). Para isso, deve haver valorização e treinamento dos profissionais de saúde, segundo a maioria dos participantes na pesquisa.



No critério criação de postos especializados em cirurgias, o objetivo é reduzir as filas de espera e criar os denominados centros de referências e de especialidades. Novamente, a principal menção feita pelos participantes foi a questão de intervenções cirúrgicas decorrentes de algum câncer. O câncer é um assunto que preocupa bastante a sociedade como um todo e precisa ser combatido com a devida rapidez.

O tema cirurgias também foi objeto de petições na Change.org. Foram mais de 700 mil assinaturas em petições voltadas para obtenção de cirurgias de alta complexidade para cidadãos brasileiros. Havia casos que não seriam atendidos no país, devido à falta de tecnologia e equipamentos. Avanços em pesquisa também são necessários.

Por fim, a ênfase na **criação de centros de saúde comunitários rurais** evidencia uma demanda das pessoas destas regiões. Há necessidade de um mapeamento destas áreas para melhorar a cobertura dos serviços de saúde nelas existentes. Se há uma grande demanda, talvez falte um olhar mais criterioso dos governantes.

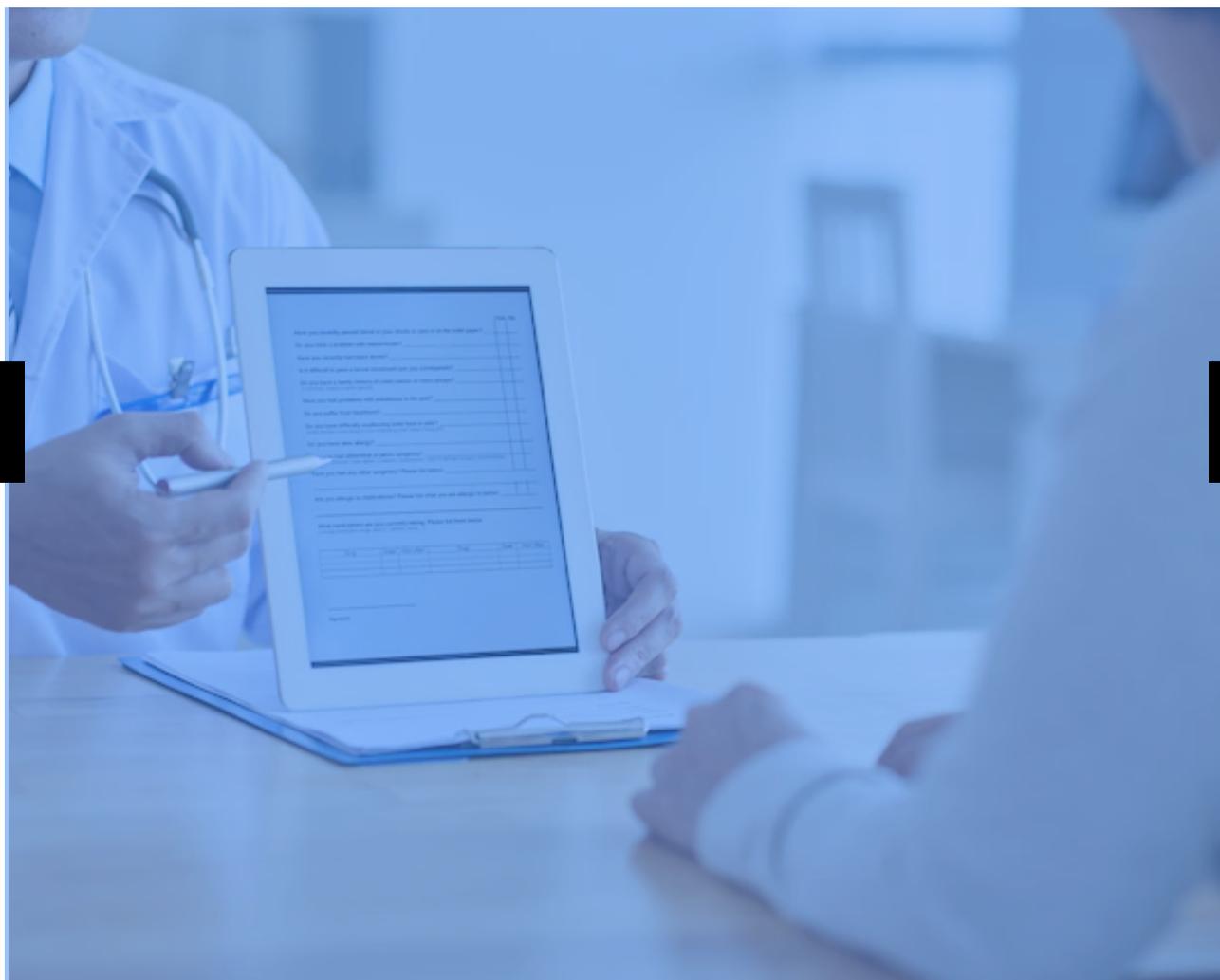


Outros assuntos também foram apresentados pelos entrevistados, tais como:

- Descentralização e regionalização de atendimento e distribuição de medicamentos;
- Investimento em cuidados virtuais, inteligência artificial (IA) e outras tecnologias estruturantes;
- Ampliação ou implementação de postos especializados em obstetrícia e ginecologia;
- Ampliação ou implementação de postos especializados em pediatria;
- Ampliação ou implementação de postos especializados em doenças crônicas e raras;
- Construção de leitos de UTIs (Unidades de Tratamento Intensivo) e centros de urgência e emergência;
- Oferta de mais espaços para atendimento psicológico, terapia individual e para grupos.

Vincular a inclusão de novas tecnologias oncológicas no Sistema Único de Saúde (SUS) à pactuação pela Comissão Intergestores Tripartite do financiamento da saúde, conforme consta no [Projeto de Lei nº. 3070/2021](#) e nas [recomendações do Grupo de Trabalho de Acesso a Tratamento Sistêmico do Conselho do Instituto Nacional do Câncer \(GTATS/CONSINCA\)](#), é uma das propostas sugeridas pela Todos Juntos contra o Câncer.

Vale a pena mencionar que os participantes reforçaram várias vezes que a infraestrutura deve estar acompanhada de uma mudança na burocracia ineficaz de alguns procedimentos, tais como: ausência na possibilidade de agendar consultas por um aplicativo ou por telefone (deveria haver um sistema nacional ou uma imposição legal para coibir as filas de agendamento), problemas na triagem e de despreparo no atendimento.



## 2 - REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE



Os principais assuntos elencados na pesquisa a respeito de Redes de Atenção à Saúde foram os seguintes:

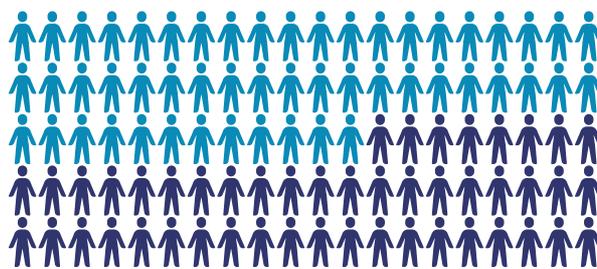
1. Criação e ampliação das redes de atendimento na atenção básica;
2. Atenção às pessoas com doenças raras e doenças crônicas;
3. Criação e ampliação de redes de urgência e emergência;
4. Implementação de redes de atenção em saúde materno-infantil e de saúde da mulher;
5. Aumento da rede de assistência odontológica e cobertura odontológica.

No que tange às **redes de atenção básica**, presente em mais de 23% das respostas, os participantes enfatizaram que o investimento em prevenção reduz os custos em tratamentos e despesas com alta complexidade (cirurgias, medicamentos, especialistas, etc).

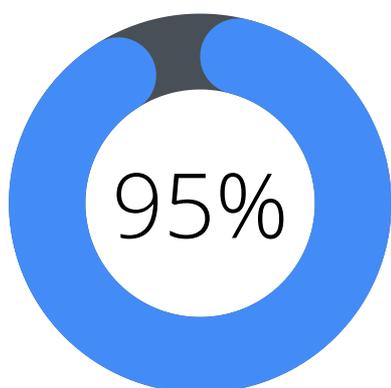
Para esta melhoria, os participantes opinam como necessárias as seguintes medidas:

- Investimento em equipes multiprofissionais para atenção básica (clínicos gerais, enfermeiros, psicólogos, nutricionistas, ginecologistas, odontologistas, dentre outros);
- Acompanhamento a domicílio de idosos e pessoas com dificuldades de locomoção;
- Aumento no número de agentes de saúde;
- Integração junto às escolas, com atividades de prevenção, em especial, para adolescentes (doenças sexualmente transmissíveis e o uso de métodos contraceptivos);
- Ampliação dos horários disponíveis nas unidades de saúde; e
- Fortalecimento do Núcleo de Estratégia de Saúde da Família.

A **atenção às pessoas com doenças raras e doenças crônicas** foi mencionada por mais de 20% dos participantes. Vale mencionar que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou uma pesquisa com o seguinte resultado: [52% dos adultos possuíam pelo menos uma doença crônica em 2019.](#)



**Mais da metade das pessoas adultas no Brasil tem alguma doença crônica.**



Por sua vez, [não há tratamento para 95% dos casos diagnosticados de doenças raras](#), restando somente os cuidados paliativos e serviços de reabilitação, de acordo com a Biblioteca Virtual em Saúde, do Ministério da Saúde (BVSMS).

Este alto índice estatístico das doenças crônicas e a triste realidade da maioria dos pacientes de doenças raras podem ajudar a entender o grande número de participantes que entendem como necessárias medidas para tratar destes assuntos.

Neste contexto, a Todos Juntos contra o Câncer recomenda a implementação integral do [Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil](#), do Ministério da Saúde, e realização de eventos públicos trimestrais para prestação de contas dos resultados do último trimestre.

Mais de 14% dos participantes apontaram a criação e ampliação de redes de urgência e emergência como uma das prioridades. A situação possui grande relevância, sendo inclusive mencionada como uma das prioridades para as ações e serviços públicos de saúde para 2023 pelo Conselho Nacional de Saúde em sua Resolução nº. 671, de 05 de abril de 2022:



Art. 3º - O Ministério da Saúde, em observância ao disposto nos artigos 1º e 2º, deverá atender também às seguintes diretrizes:

IV - Aprimoramento das redes de urgência e emergência, com expansão e adequação de suas unidades de atendimento, do SAMU e das centrais de regulação, bem como das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), estimulando o funcionamento com pessoal capacitado e em quantidade adequada, articulando-as com outras redes de atenção.

Sobre a questão de implementação de **redes de atenção em saúde materno-infantil e de saúde da mulher**, sugeriu-se a construção de novas UTIs (Unidades de Terapia Intensiva), inclusive, neonatais, para adicionar maior segurança ao parto. Além disso, o incentivo ao aleitamento materno e inclusão da especialidade de ginecologia nas unidades de saúde ou em locais mais próximos às mulheres foram propostas feitas pelos participantes.



Por fim, o aumento da **rede de assistência odontológica e cobertura odontológica** esteve bastante presente nas interações. Segundo dados do Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enquanto a [cobertura de atenção básica](#) no Brasil, em dezembro de 2020, era de 76.08% da população estimada, a [cobertura de saúde bucal foi de 56,11%](#).

Isto pode ser um indicativo da necessidade de expansão desta rede. Complementando este dado, a [Pesquisa Nacional de Saúde \(PNS\)](#) realizada pelo IBGE, em 2019, identificou que apenas algo em torno de 49,4% da população havia realizado uma consulta odontológica nos últimos 12 (doze) meses (período indicado pelos especialistas).

Outros temas foram apontados pelos cidadãos, com uma menor densidade, mas que também são importantes para o constante aperfeiçoamento da saúde da população como um todo. As informações seguem a ordem do número de citações:

- Implementação de redes específicas para grupos de risco;
- Ampliação da rede de saúde mental (psiquiátrica e psicológica) e psicossocial;
- Melhoria no controle e eliminação de doenças endêmicas e pandêmicas;
- Ampliação da rede de atendimento virtual (inclusive com atividades no YouTube);
- Aumento da rede de cobertura nutricional e de saúde alimentar;
- Criação de redes especializadas para a comunidade LGBT, em especial, travestis e transexuais;
- Criação de ouvidorias gratuitas e voluntárias;
- Criação de programas de diagnóstico precoce de câncer (prevenção oncológica);
- Redes de atendimento a crianças com necessidades especiais;
- Redes adequadas de distribuição de medicamentos e alertas de consciência para o seu uso;
- Redes de atenção a pessoas com doenças autoimunes;
- Fortalecimento de grupos de apoio a dependentes químicos;
- Redes específicas sobre saúde no trabalho (para melhoria da produtividade);
- Ampliação das redes de coleta de sangue ou uso maior de campanhas correlatas;
- Ampliação de programas assistenciais.



Para viabilizar o acesso universal ao tratamento do câncer em tempo oportuno, a Todos Juntos Contra o Câncer sugere que a Comissão de Monitoramento e Avaliação do cumprimento da [Lei nº. 12.732/2012](#), instituída pela [Portaria do Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro \(MS/GM\) nº. 876/2013](#) deve executar as ações previstas à sua competência e incluir em suas atribuições:

- 1) O monitoramento e avaliação da Lei dos 30 dias ([Lei nº. 13.896/2019](#)) e a Lei da Notificação Compulsória ([Lei nº. 13.685/2018](#)); e
- 2) Realização de reuniões mensais, transmitidas ao vivo pela internet, possibilitando a participação social.



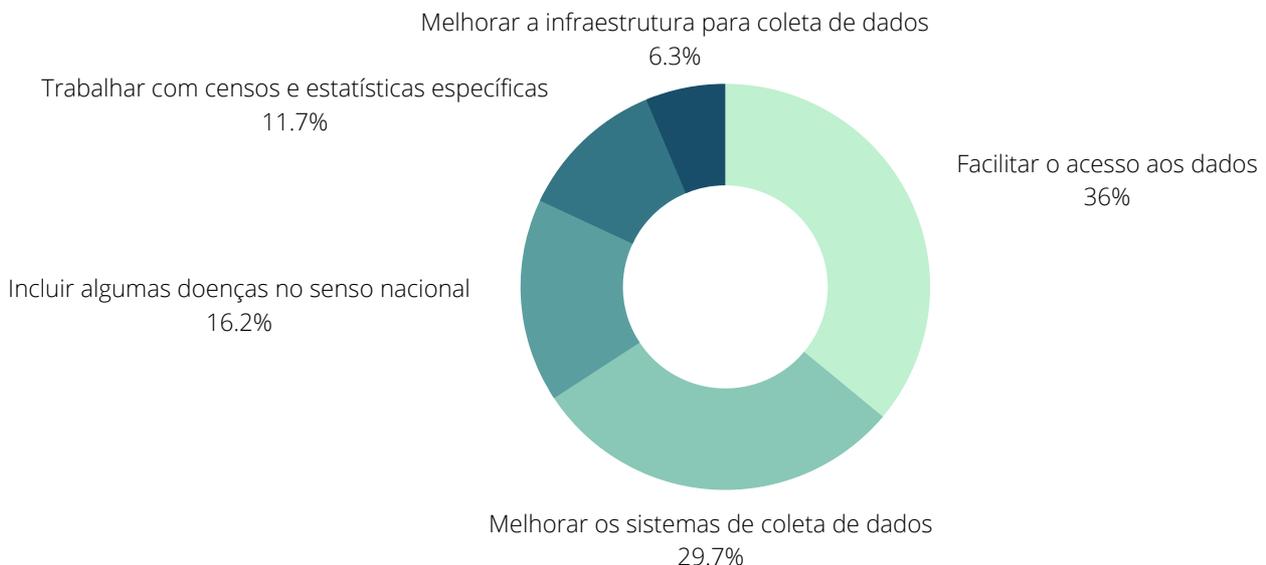
Nota-se que houve um interesse nas questões relacionadas a doenças endêmicas e pandêmicas e no atendimento virtual, provavelmente, fruto dos efeitos da pandemia de coronavírus. Há também ideias de atendimento a demandas específicas: grupos de risco, saúde mental, comunidade LGBT, prevenção oncológica, doenças autoimunes, dentre outros.

# 3 - CONDIÇÕES SOCIOSSANITÁRIAS



Sobre a obtenção de dados para a análise das condições socio sanitárias da população, as contribuições se resumiram a 5 (cinco) tópicos, tendo em vista que não há muitas variáveis neste contexto. O importante é indicar a ordem das prioridades observadas pelos participantes da pesquisa, conforme segue:

## PERCENTUAL DE PARTICIPANTES QUE REPRESENTAM OU NÃO UMA ENTIDADE



Segundo os participantes, a maior demanda consiste em **facilitar o acesso da população aos dados situacionais de saúde no Brasil**. Para isso, sugeriu-se a criação de sites ou plataformas para o melhor acesso às informações (incluindo manuais para consulta dos dados) e a realização de eventos para divulgação de dados (online), na qual todos possam participar.

Além disso, a Todos Juntos Contra o Câncer apresentou a ideia de criação de um instrumento para a divulgação dos estudos clínicos no país, por meio de uma plataforma semelhante ao [Clinical Trials](#), do Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos, em que informações a respeito dos estudos em andamento e já concluídos são disponibilizados ao público, com discriminação de condição clínica, status, intervenção e centro de pesquisa responsável.

A **melhoria dos sistemas de coleta de dados sobre determinadas condições de saúde da população** foi o segundo item mais mencionado. Neste caso, muitos participantes recomendaram a adoção de um banco de dados nacional unificado com prontuários para cada cidadão, além do uso de uma plataforma para agendamento de consultas online, com a possibilidade de consulta de notícias sobre saúde, bem-estar e acompanhamento e controle de dados sobre saúde.

O censo nacional de 2022 foi projetado sem questionamentos específicos sobre doenças. Por isso, incluir algumas doenças no censo nacional seria uma medida adequada para obtenção de dados e capaz de apresentar informações mais abrangentes sobre condições socio sanitárias da população brasileira.



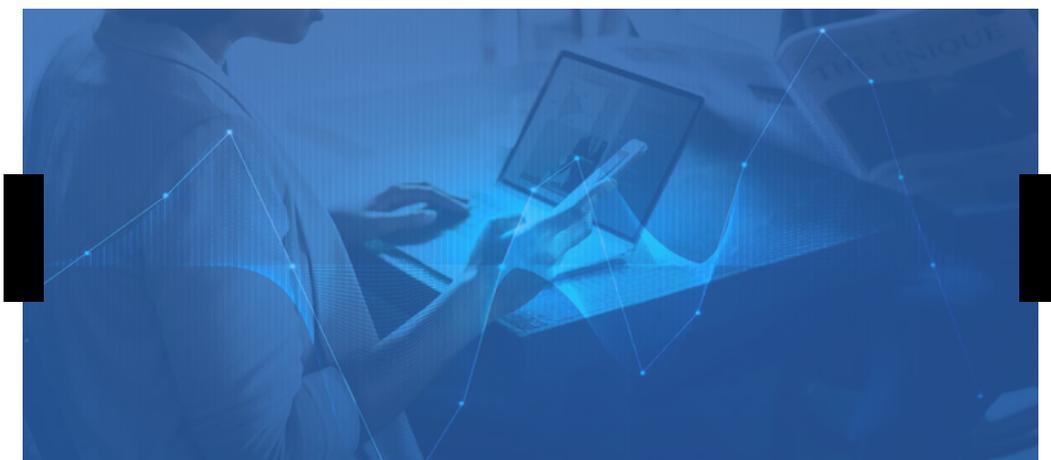
Atualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza uma espécie de censo sobre saúde por meio da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS). Todavia, o censo nacional poderia abordar algumas doenças dentre as mais relevantes para avaliação em um escopo muito maior.

Com vistas a mapear as necessidades de medicação, exames, cirurgias, procedimentos terapêuticos e de novas unidades de saúde para cada região de acordo com suas peculiaridades, outra proposta foi **trabalhar com censos e estatísticas específicas para determinados problemas de saúde pública e casos especiais.**

Por fim, não é possível a obtenção de dados sem uma infraestrutura adequada para isso. Logo, **melhorar a infraestrutura para coleta destes dados nos postos de atendimento** é uma tarefa crucial para que as informações sejam devidamente coletadas, tabuladas, estruturadas e se tornem informações úteis para a tomada de decisões dos gestores públicos.

O governo precisa informatizar todas as unidades de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) para viabilizar o registro, o acesso aos dados de atendimento aos pacientes oncológicos e a implantação do Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP) viabilizando o cumprimento da [Lei nº. 13.685/2018](#), de registros compulsórios do câncer, de acordo com a entidade Todos Juntos Contra o Câncer.

No âmbito geral, os dados devem ser utilizados para a promoção de políticas públicas. A avaliação por bases de dados com informações das áreas de atuação por região pode melhorar a distribuição de recursos e o investimento nas demandas mais relevantes para cada localidade.



# 4 - FLUXOS DE ACESSO



Mais da metade dos participantes da pesquisa, apontaram as 5 (cinco) situações a seguir como as prioridades para os fluxos de acesso:

1. Melhoria nos fluxos da assistência ambulatorial especializada;
2. Melhoria nos fluxos da atenção básica;
3. Facilitação ou desburocratização dos itinerários terapêuticos dos usuários de medicamentos;
4. Melhoria nos fluxos da assistência hospitalar; e
5. Melhoria do acesso à medicina diagnóstica especializada.

Os resultados parecem bem alinhados com os demais tópicos deste trabalho. A **assistência ambulatorial especializada**, a **assistência hospitalar** e o **acesso à medicina diagnóstica especializada** estão de acordo com as necessidades de construção de novos hospitais e de centros especializados em cirurgias.

De forma similar, a **atenção básica** já havia sido mencionada na necessidade de melhoria de suas redes. Fato novo, a **facilitação ou a desburocratização dos itinerários terapêuticos dos usuários de medicamentos** presume uma dificuldade dos participantes em obter estes insumos, por isso, houve um grande número de manifestações sobre este assunto.

Entre 2019 e 2022, o maior número de assinaturas na plataforma Change.org, entre as petições sobre o tema de saúde, foi em petições sobre medicamentos no Sistema Único de Saúde (SUS) e o seu preço. Houve a participação de mais de 4 milhões de cidadãos. Foram várias demandas de apoio para isenções tributárias e disponibilização na rede pública de remédios para tratamento de cidadãos brasileiros. É mais um indicativo da importância deste tema para a sociedade.

Segundo os participantes, a **atenção básica** deve focar na prevenção. Já a **assistência ambulatorial especializada** deve priorizar a saúde mental, o tratamento oncológico e o aumento da cobertura de médicos especialistas e exames laboratoriais e de imagem.

Garantir o cumprimento das [Leis nº. 13.896/2019](#) e [nº. 12.732/2012](#) que estabelecem os prazos de 30 dias para a confirmação diagnóstica e de 60 dias para o início do tratamento, é uma das medidas sugeridas pela [Todos Juntos Contra o Câncer](#). Além da aprovação do [Projeto de Lei nº. 140/2017](#) do Senado Federal, que visa determinar prazo máximo de agendamento para realização de consulta, exame ou procedimento no SUS, conforme lista pública de ampla divulgação para controle social.



Os participantes também recomendaram a melhoria nos fluxos da assistência de urgência e emergência, e da assistência farmacêutica; acesso igualitário a cuidados médicos de qualidade para a população negra; melhoria nos fluxos de vigilância em saúde; agilidade na disponibilização de medicamentos após sua incorporação nas redes público e privada de saúde; e melhoria no controle do sistema de cobertura de seguros / planos de saúde.

Além disso, deve haver a adequação no processo de acolhimento e da atenção a grupos específicos, em especial, quanto aos transexuais, aos travestis, aos portadores de necessidades especiais; às pessoas de baixa renda; aos negros; às populações rural, ribeirinha e indígena; aos povos isolados e aos dependentes químicos.



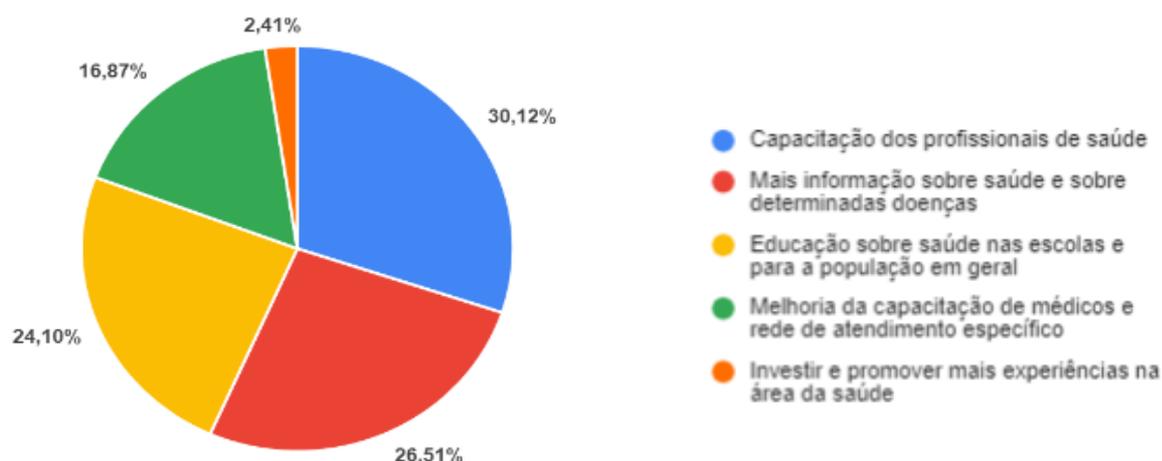
Uma sugestão apresentada foi a possibilidade de divulgação dos fluxos de acessos existentes para ciência da população, por exemplo, como requerer o encaminhamento de procedimentos e consultas saindo da rede primária e com entrada na alta complexidade.

# 5 - EDUCAÇÃO NA SAÚDE



A respeito de educação na saúde, foram elencados 5 (cinco) prioridades globais, com algumas opiniões específicas para cada prioridade. Os itens foram agregados no gráfico abaixo, considerando que algumas prioridades foram sugeridas por mais de um participante:

## ■ PRIORIDADES NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE

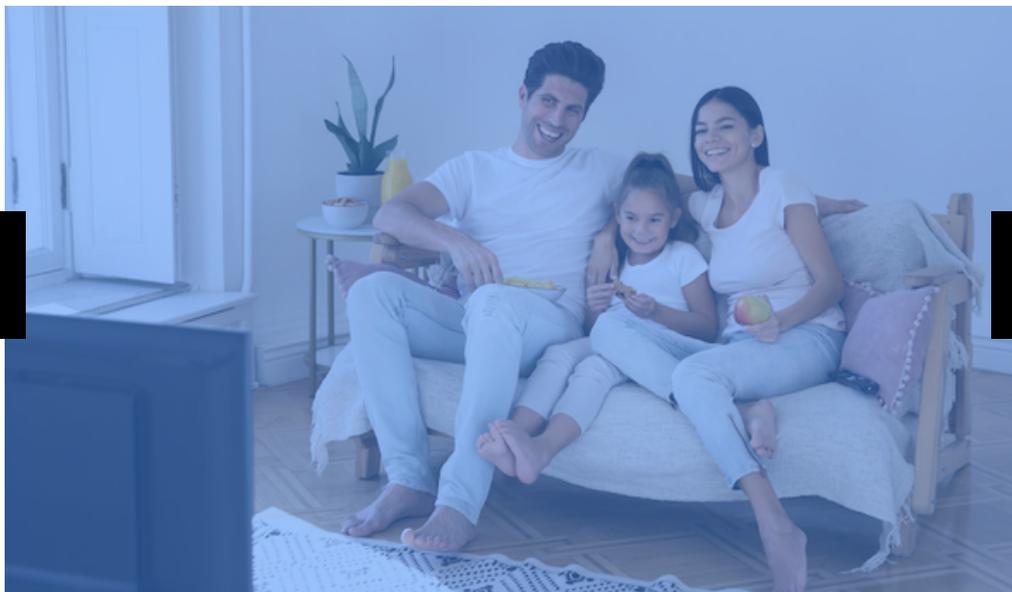


No aspecto da **capacitação dos profissionais de saúde**, o objetivo dos participantes é contar com um atendimento humanizado, ágil e eficiente. Para isso, os profissionais de saúde devem ser capacitados para atender da melhor forma possível toda a população, inclusive, públicos específicos, como pessoas de baixa renda, negros, transexuais, travestis e idosos.

**Mais informação sobre saúde e sobre determinadas doenças e condições de saúde**, em especial, sobre acondroplasia, autismo, doenças psiquiátricas e sexualmente transmissíveis, também deve ser uma das prioridades que devem pautar as políticas públicas.

Isto pode ser feito por meio de campanhas publicitárias, cartilhas sobre problemas específicos e outros meios que alcancem o máximo de cidadãos, com o menor gasto possível. Plataformas como o YouTube, Facebook e TikTok, também devem ser empregadas para educar a população, com dicas, informações e conteúdo criado por profissionais.

A Todos Juntos Contra o Câncer indicou a possibilidade de criação do Minuto da Saúde do Brasil. Um espaço com vídeos e áudios informativos para conscientizar a população sobre hábitos saudáveis para a promoção da saúde, sendo veiculados diariamente em horário nobre nas mídias de massa, bem como conteúdos semanais sobre a prevenção dos fatores de risco para o desenvolvimento de Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis (DCNT), entre elas o câncer.





A **educação sobre saúde nas escolas e para a população em geral** deve ter um foco especial na prevenção. Alguns dos temas mais citados foram: ensino de primeiros socorros e noções básicas de saúde e higiene nas escolas e no trabalho, educação sexual e uso adequado de métodos contraceptivos e palestras sobre doenças crônicas (visando evitar que novas pessoas sejam acometidas por estas doenças).

A **melhoria da capacitação de médicos e rede de atendimento voltada principalmente para determinadas doenças** gera um enfoque no que é mais relevante para o país. Além da abordagem por doenças específicas, a análise deve considerar as diferenças regionais e sociais para melhor atender à população.

Por fim, a **promoção da troca de experiências na área da saúde** é de vital importância para disseminação de boas práticas e a correção de desvios e gargalos. Às vezes, os problemas são facilmente corrigidos, quando um número maior de pessoas pensa em soluções. Uma unidade de saúde pode estar com uma dificuldade já superada por outra. A troca dessas experiências agiliza o processo de aprimoramento do sistema como um todo.

# 6 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA, PRODUÇÃO E INOVAÇÃO EM SAÚDE



No escopo da ciência, tecnologia, produção e inovação em saúde, o Governo Federal publicou em 2018 a [Agenda de Prioridades de Pesquisa do Ministério da Saúde](#). O documento pode ser utilizado como comparativo entre as ideias da União e as percepções dos participantes deste trabalho. As 5 (cinco) propostas mais requisitadas na pesquisa foram:

1. Promover pesquisas em diagnósticos e tratamentos;
2. Incentivar as parcerias público-privadas em benefício da população;
3. Acelerar a adoção de serviços de saúde virtuais/digitais e estabelecer parcerias para o desenvolvimento e produção de vacinas, outros fármacos e tratamentos;
4. Promover projetos científicos em Faculdades ou Universidades Públicas ou Privadas; e
5. Propor projetos de inovações para a população e impulsionar a medicina preditiva, preventiva, personalizada e participativa (paciente no centro da decisão).

A **promoção de pesquisas em diagnósticos e tratamentos** deve ser incluída nas políticas públicas, com recursos adequados e contínuos. Os cortes nos investimentos em pesquisa representam uma grande dificuldade na continuidade dos trabalhos. Os seus resultados podem impactar positivamente no orçamento, com aumento das receitas ou redução dos custos com a saúde.

O foco, segundo os participantes, deve se concentrar especialmente na atenção básica. Algumas demandas específicas para estudos foram citadas para as seguintes doenças e problemas de saúde: acondroplasia, câncer, dengue, AIDS e HPV. Sugeriu-se ainda pesquisas na área de fitoterapia e nutrição, e pesquisas regionais sobre número de mulheres que apresentam estresse e depressão no período gestacional.

O **incentivo às parcerias público-privadas em benefício da população** foi a segunda maior recomendação comentada. Os acordos devem ser realizados com regras claras e objetivas de modo a avaliar o retorno para a sociedade. O objetivo é alcançar os interesses da sociedade, com o auxílio de instituições de diversos segmentos.

Estabelecer uma parceria entre Ministério da Ciência e Tecnologia, Indústria, Educação e Saúde para a definição de uma Política Nacional de Incentivo à Pesquisa em Saúde com um plano claro e preciso de metas em pesquisa e a geração de novos produtos, processos, tecnologias e inovação com base nos problemas brasileiros foi uma das ideias apresentadas para o direcionamento adequado, junto aos demais parceiros.

A **adoção de serviços de saúde virtuais ou digitais** pode reduzir filas e melhorar a relação médico-paciente, bem como, produzir mais informações úteis para a tomada de decisões. Ao **estabelecer parcerias para o desenvolvimento e produção de vacinas, outros fármacos e tratamentos**, o Brasil proporciona maior segurança a sua população em períodos como a pandemia de coronavírus. Uma lógica bastante similar às parcerias público-privadas já citadas.



Entre 2019 e 2022, a [Change.org](https://www.change.org) hospedou, entre as 100 (cem) petições mais assinadas sobre o tema de saúde, 10 (dez) petições sobre vacinas, que obtiveram mais de 2 milhões de assinaturas. O interesse em vacinas, não se limita à necessidade oriunda da Covid-19. Foram incluídas demandas para prevenção da meningite e do vírus do papiloma humano (HPV).

Para a **promoção de projetos científicos em Faculdades ou Universidades Públicas ou Privadas**, foi sugerido que o governo amplie o número de bolsas para profissionais da saúde. Isso poderia aumentar a cobertura de atendimento da rede de saúde por meio de parcerias para atendimento médico nos Hospitais Universitários e Unidades de Saúde organizadas pelos centros de ensino.

Para ampliar ainda mais o interesse em estudos científicos na área, o governo poderia promover feiras e premiações para inovações no campo da saúde para dar maior visibilidade e valorizar os profissionais da área.

De acordo com um estudo realizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o investimento em prevenção de doenças crônicas traria uma economia de mais de US\$ 230 bilhões num prazo de 9 (nove) anos. Logo, **propor projetos de inovações para a população e impulsionar a medicina preditiva, preventiva, personalizada e participativa (paciente no centro da decisão)** pode representar uma maior disponibilidade de recursos no futuro.



**ECONOMIA DE MAIS DE US\$ 230 BILHÕES EM 9 ANOS.**

Outros temas também foram lembrados pelos participantes da pesquisa:

- Incentivar a comunidade científica e o mercado para pesquisa e implementação dos avanços da medicina digital, nanomedicina, genômica, microbiometria, etc;
- Melhorar os processos de avaliação e tecnologia em saúde para disponibilizar inovação para população de forma ágil: o excesso de burocracia pode resultar na perda de ativos valiosos para o país;
- Investir na produção local de medicamentos e/ou em sua importação;
- Estimular o aperfeiçoamento contínuo da qualificação científica na formação de profissionais de saúde: com novos profissionais devidamente qualificados para produzirem pesquisas, maiores serão as inovações.

A [Agenda de Prioridades de Pesquisa do Ministério da Saúde](#) trouxe eixos específicos para pesquisas relacionadas a Doenças crônicas não-transmissíveis (Eixo 5) e a Doenças transmissíveis (Eixo 6). Além disso, há uma série de outras áreas para estudos direcionados ao interesse governamental, o que representa uma possibilidade de avanço no direcionamento das pesquisas para o atendimento das principais demandas do país.

A participação popular e a realização de consultas públicas com profissionais da área devem fazer parte da organização das próximas agendas. É essencial a coleta de dados para um posicionamento isento de vieses políticos, com o enfoque nas maiores necessidades da população e do sistema de saúde.





# 7- GESTÃO E FINANCIAMENTO DA SAÚDE:

De acordo com o Ministério da Saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS) vem aperfeiçoando sua gestão para obter o máximo de eficiência na aplicação dos recursos e oferecer à população brasileira acesso aos serviços de saúde. Para isso, adota o modelo descentralizado e de gestão compartilhada entre União, estados e municípios.

Para dar continuidade neste processo, os participantes desta pesquisa elencaram várias medidas para aperfeiçoamento da gestão e do financiamento no âmbito da saúde. Os 5 (cinco) pontos mais cobrados e que são prioridades para os entrevistados, são:

1. Planejar de modo mais adequado a distribuição dos recursos, com base nas demandas regionais, com filtros por doenças e condições sociais;
2. Ampliar a transparência na gestão da saúde e controle na aplicação dos recursos;
3. Aumentar o teto de gastos para a saúde;
4. Aumentar os investimentos na saúde de meninas e mulheres, priorizando a saúde ginecológica, reprodutiva, câncer e outras doenças de maior incidência em mulheres; e
5. Descentralizar e regionalizar o atendimento para distribuição de medicamentos.

Os dois primeiros tópicos tratam da forma de gestão dos trabalhos e alocação dos recursos. O **planejamento** deve ser **regionalizado** e privilegiar as principais demandas. O **controle** deve ser traçado **por** meio de **indicadores** e avaliações da qualidade dos serviços. A **transparência** será o meio de **comunicação** à sociedade dos **resultados** obtidos e das medidas que a população pode utilizar para auxiliar na melhoria do sistema.

Uma das alternativas para maior transparência na fila de todos os procedimentos do Sistema Único de Saúde SUS seria a aprovação do [Projeto de Lei nº. 2.033/2019](#), apensado ao [Projeto de Lei nº. 10.106/2018](#), que dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet de listas de pacientes que serão submetidos a procedimentos cirúrgicos eletivos no âmbito do SUS e o descumprimento desta disposição como ato de improbidade administrativa, conforme recomendação da [Todos Juntos Contra o Câncer](#).

Um **aumento dos investimentos na saúde de meninas e mulheres, priorizando a saúde ginecológica, reprodutiva, câncer e outras doenças de maior incidência em mulheres** está interligado à ideia de um trabalho por grupos específicos, de modo mais particularizado, para um cumprimento mais efetivo das demandas existentes.



Isto também se aplica a campanhas próprias para **homens, pessoas carentes, transexuais, travestis, negros, indígenas, comunidades isoladas, dependentes químicos, comunidades rurais, a todos os vários grupos que fazem parte do nosso país.**

Pensar diferente, não é privilegiar um grupo, é **adequar cada caso** a fim de **distribuir melhor os recursos** e **potencializar os resultados**. Seria uma otimização dos trabalhos e poderia ser feito, observando-se as peculiaridades de cada cidade e dos bairros, conforme suas realidades. Isto é buscar verdadeiramente a igualdade.

No que diz respeito à **descentralização e regionalização do atendimento para distribuição de medicamentos**, em 2015, uma pesquisa realizada com o Ministério da Saúde em parceria com o IBGE, constatou que, do total de entrevistados, 33,2% conseguiram pelo menos um dos medicamentos no SUS e 21,9%, por meio do Programa Farmácia Popular.



Conforme o Ministério da Saúde, os dados da pesquisa apontam que as políticas públicas cumprem papel fundamental no acesso a medicamentos. Logo, a participação do estado na política de distribuição e disponibilização de medicamentos possui bastante importância e deve ser aperfeiçoada.

Aprovar o [Projeto de Lei nº. 5.307/2020](#), que altera a [Lei nº. 12.715/2012](#), para renovar as possibilidades de dedução de imposto sobre a renda para doações e patrocínios em prol de ações e serviços do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) também é um meio de obtenção de recursos para o cuidado e tratamento do câncer, de acordo com a Todos Juntos contra o Câncer.

Ainda, sobre o **apontamento descrito no item 3 ante aumentar o teto de gastos para saúde**, uma via que pode ser cogitada é a **revogação da Emenda Constitucional n. 95** - que agravou o subfinanciamento do SUS, ao estabelecer por 20 (vinte) anos, um teto de gasto federal corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e esse congelamento do piso federal de aplicação retirou do SUS entre 2018 a 2022 quase 37 bilhões em comparação com a regra anterior (*Nova Política de Financiamento do SUS: Concepções e Diretrizes, ABRES/2022*).

No âmbito geral, os participantes também recomendaram a utilização de mais recursos na área da saúde, a expansão da participação social nos processos decisórios e a diminuição ou isenção de impostos sobre produtos e serviços de saúde.

Apenas 2 (duas) petições foram realizadas na Change.org com o tema “Verbas para a Saúde”. Todavia, mais de 600 mil pessoas se engajaram e assinaram essas petições. Isto demonstra o forte entendimento da população, de que também é preciso ampliar os recursos para esta área.



Quanto à abordagem por áreas específicas, houve sugestões de investimento em cuidados virtuais, inteligência artificial (IA) e outras tecnologias para personalizar a medicina; em medicina digital, nanomedicina, genômica, microbiometria e mecanismos correlatos; na saúde preventiva; no tratamento contra o câncer; no acompanhamento dos portadores de necessidades especiais e da população transexual.

# ALGUMAS IDEIAS E SUGESTÕES ESPECÍFICAS



Para concluir a pesquisa, os participantes poderiam incluir comentários e opiniões sobre o tema. Com base nestas informações, adicionamos este tópico com as melhores ideias apresentadas e um panorama geral a este respeito.

Em resumo, os participantes desejam que haja acessibilidade, inclusão e saúde de qualidade para todos. Novos rumos para as políticas públicas de saúde devem ser implementados, incluindo as instituições sem fins lucrativos e as entidades privadas no processo de construção.

A seleção dos profissionais da saúde pública deve ser a mais adequada, em especial, por meio da realização de concursos públicos, com provas práticas. O cuidado com a saúde deve ser valorizado, com remuneração justa, e com ferramentas apropriadas.

A população deve participar do processo e acompanhar os planos de governo dos candidatos antes de votar. A corrupção é outro mal a ser combatido. Deve haver monitoramento em todas as esferas: federal, estadual e municipal. A fiscalização deve ser reforçada, com o uso dos órgãos de controle e com a participação dos parlamentares. Novos canais de denúncia poderão ser criados.

A comunidade científica no Brasil precisa de recursos para pesquisas. Mais educação de qualidade na formação de pessoas da área da saúde em faculdades ou universidades públicas e privadas.

A alocação de recursos e de infraestrutura na saúde deve ser priorizada principalmente para o atendimento aos grupos mais vulneráveis, com ênfase na atenção básica, nas doenças cancerígenas e crônicas, na saúde mental, com mais suporte para a realização de exames e para a aquisição de remédios.

Por fim, saúde também é um dever de todos. A sociedade deve cobrar uma atitude proativa de seus governantes. A iniciativa privada deve se pautar em interesses que vão além do mero lucro, mas que interajam com os ideais de responsabilidade social. O terceiro setor deve ser parceiro para a construção de um modelo de qualidade na saúde brasileira.



# CONSIDERAÇÕES FINAIS:



Acreditamos que as propostas de projetos, programas, metas e objetivos de governo precisam ser construídas observando as necessidades da população colhidas por meio do Voto Pela Saúde.

A população almeja melhoria dos instrumentos de prevenção, cuidado com base nas especificidades de cada grupo e região, mais qualidade no atendimento, hospitais e equipamentos em pleno funcionamento, especialistas em todas as áreas, medicamentos e investimentos em pesquisa e inovação.

O Sistema Único de Saúde (SUS) possui grande relevância para todos os cidadãos. Houve mais de 19 (dezenove) petições, com mais de 1,6 milhões de assinaturas, entre 2019 e 2022, contabilizados na [Change.org](https://www.change.org), sobre tratamentos no SUS. Logo, o fortalecimento da saúde caminha lado a lado com o robustecimento do SUS.

Essas sugestões trazem a voz da população e podem servir de suporte para a construção das propostas de governo e tomada de decisão dos novos gestores.

Entendemos que a definição das prioridades em saúde precisa contar com a participação social de forma direta, como reflete este documento e ainda serem tratadas com total transparência, reforçando o compromisso social da participação popular no planejamento e na administração do país.

As demandas da sociedade são cada vez mais crescentes e complexas em todas as áreas de atuação da administração pública e geram para os governos a necessidade de inovar nas soluções que as atendam. Para resultados diferentes, os candidatos devem pensar e realizar ações de forma diferente, ou seja, de forma inovadora cercada de segurança, com avaliação de riscos e resultados.



Realização:



Apoio:





**OBRIGADO!**



**VOTO, PELA  
SAÚDE**